

**EDITAL Nº 001 DO CONCURSO PÚBLICO Nº007/PMPA
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO
COMPLEMENTAR DE OFICIAIS – QCOPM/2010**

PROVA OBJETIVA: 18 de abril de 2010

**NÍVEL SUPERIOR
ASSISTENTE SOCIAL**

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- 1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão-resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- 2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.**
- 3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 40 (quarenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 05 de Legislação – Lei Estadual nº 5.251/85 (Estatuto da Polícia Militar do Pará) e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:30h e término às 12:30h (horário de Belém).**
- 4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.**
- 5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.**
- 6. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.**
- 7. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois marcação a lápis não será considerada.**
- 8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.**
- 9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.**
- 10. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
- 11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.**
- 12. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, recebidos.**
- 13. Será automaticamente eliminado do concurso público da Polícia Militar do Pará, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001 do concurso público nº 007/PMPA.**

Boa prova.

Um país diante da barbárie

Marcelo O. Dantas

1 Em sua formulação clássica, o grego Aristóteles define “virtude” como a
2 capacidade de adotar posturas equilibradas diante de opções extremas e
3 radicalmente opostas. Longe de constituir mero expediente conciliador, este meio
4 termo requer do homem virtuoso lucidez e fibra, do contrário será incapaz de
5 sobrepor-se às forças dilacerantes da desrazão. Confrontado com a crise da
6 violência, nosso país ignora a lição e vai-se dividindo entre os que defendem o
7 recrudescimento das medidas repressivas e os que advogam a ampliação das
8 políticas sociais. Semelhante impasse, além de improdutivo, baseia-se numa falsa
9 antinomia. O combate ao crime e a promoção do bem-estar, quando
10 implementados de forma correta, são estratégias que se complementam e se
11 legitimam.

12 As políticas sociais – entendidas em seu aspecto mais amplo – atuam no
13 campo da profilaxia, oferecendo opções de vida ao cidadão adulto e ao jovem que
14 se forma. O sistema penal, por sua vez, visa dissuadir o indivíduo a cometer
15 crimes, ao mesmo tempo em que regula a punição dos infratores.
16 Desacompanhado de políticas sociais, semelhante sistema torna-se facilmente
17 instrumento de tirania e de perpetuação da desigualdade. Em contrapartida,
18 quando aplicadas em um ambiente de permissividade criminal e falência da
19 justiça, as políticas sociais perdem por completo sua capacidade de prevenir o
20 aumento da violência. Nos últimos anos, o Brasil avançou imensamente na área
21 social, e nem por isso a crise da segurança arrefeceu. Faltou à equação o poder
22 dissuasivo da lei.

http://nominimo.ig.com.br/notitia/servlet/newstorm_notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=15&textCode=25468&date=currentDate&contentType=html
[com adaptações]

01. No texto “Um país diante da barbárie”, o propósito maior de Marcelo Dantas é

- (A) informar o leitor sobre a crise da violência no Brasil.
- (B) criticar o recrudescimento das medidas repressivas.
- (C) apontar as características do homem virtuoso e lúcido.
- (D) defender a simetria entre políticas sociais e combate ao crime.

02. O enunciado que melhor sintetiza o pensamento do autor é

- (A) “O sistema penal, ao regular a punição de infratores, tornou-se instrumento de tirania”.
- (B) “Só o desenvolvimento de políticas sociais é capaz de garantir a segurança e o bem-estar social”.
- (C) “O bem-estar social depende da implementação de uma política de segurança baseada em um sistema penal forte e punitivo”.
- (D) “Para acabar com a crise da violência no Brasil, é necessário concomitantemente opor-se ao crime e promover o bem-estar social”.

03. O enunciado que, sem perturbar a coerência do texto, poderia dar continuidade à oração “Faltou à equação o poder dissuasivo da lei” é

- (A) “para diminuir a violência no Brasil”.
- (B) “para promover o bem-estar social”.
- (C) “para regular a punição dos infratores”.
- (D) “para evitar a perpetuação da desigualdade social”.

04. Segundo o autor, “As políticas sociais [...] atuam no campo da profilaxia” (linhas 12-13). Isso significa dizer que se trata de medidas capazes de

- (A) contrariar o poder da lei.
- (B) evitar o crescimento da violência.
- (C) contribuir para a formação ética de infratores.
- (D) preservar a saúde e o bem-estar físico da população.

05. Julgue as afirmações abaixo quanto às relações de sentido:

- I. A locução “em contrapartida” (linha 17) significa “em compensação; por outro lado”.
- II. Haverá alteração de sentido se substituirmos “antinomia” (linha 9) por “contradição”.
- III. “Posturas equilibradas” (linha 2) e “meio termo” (linhas 3-4) pertencem ao mesmo campo semântico.
- IV. A substituição do verbo “arrefecer” (linha 21) por “agravar” não prejudicaria o sentido nem a correção do texto.
- V. A locução “nem por isso” (linha 21) poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “nem assim”.

Está correto o que se afirma em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e IV.

06. Avalie as afirmações abaixo:

- I. Em “incapaz de sobrepor-se às forças dilacerantes da desrazão” (linhas 4-5), o emprego do sinal indicativo da crase é optativo.
- II. Em “O sistema penal, por sua vez, visa dissuadir o indivíduo a cometer crimes” (linhas 14-15), há um desvio de regência verbal: de acordo com a norma culta, o verbo “dissuadir” rege a preposição “de”.
- III. O vocábulo “implementados” (linha 10) reporta-se a “combate ao crime” (linha 9) e a “promoção do bem-estar” (linha 9), o que determina a concordância entre esses termos em gênero e número.
- IV. Em “entre os que defendem o recrudescimento das medidas repressivas e os que advogam a ampliação das políticas sociais” (linhas 6-8), “os”, em suas duas ocorrências, é um pronome pessoal oblíquo e refere-se a “homens virtuosos”.
- V. No enunciado “Em sua formulação clássica, o grego Aristóteles define “virtude” como a capacidade de adotar posturas equilibradas diante de opções extremas e radicalmente opostas” (linhas 1-3), predomina a função metalingüística.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) I, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e V.

A barbárie nossa de todos os dias

Paulo Henrique Costa Mattos

1 Diante da atual onda de violência no Brasil fala-se muito de uma ameaça
2 de regressão à barbárie. A cada dia naturalizam-se as mazelas e as misérias da
3 condição humana, que em nome de um determinismo amparado pelo viés
4 tecnicista e pelas necessidades da concorrência internacional faz predominar o
5 mercado de forma absoluta e de maneira a suprimir quaisquer possibilidades
6 históricas alternativas. Os poderosos de plantão decretam que não existem
7 alternativas e muitos intelectuais, salvo algumas honrosas exceções, se
8 acomodam. Frequentemente quem quer lutar contra tudo isso é taxado de radical,
9 maluco e inconsequente, pois a única postura aceita é o comodismo, o servilismo
10 e a passividade.

11 Um das evidências mais brutais do aviltamento da condição humana e da
12 barbárie instalada é a exploração sexual infantil. A situação de violência e as
13 redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil são
14 evidenciadas pelos números. Segundo a ABRAPIA (Associação brasileira
15 multiprofissional de proteção à infância e adolescência), sete crianças e
16 adolescentes sofrem abuso sexual por hora no Brasil. E a estatística é maior
17 ainda quando falamos na exploração mercantil do sexo infantil. Segundo a
18 UNICEF, o Brasil tem 937 municípios onde ocorre a exploração sexual comercial
19 infantil. Destes 937 31,8% estão concentrados no Nordeste, 25,7% no Sudeste,
20 17,3% no Sul, 11,6% no Centro-Oeste e 13,6% na Região Norte.

21 Essa é a barbárie nossa de cada dia, que está conduzindo o país a uma
22 encruzilhada existencial e a uma situação de tragédia social como nunca antes
23 vista.

<http://www.socialismo.org.br/porta1/questoes-sociais/113-artigo/299--a-barbarie-nossa-de-todos-os-dias>
[com adaptações]

07. O autor do texto, Paulo Henrique Costa Mattos, atribui a origem da atual onda de violência que ameaça o Brasil de regressão à barbárie ao(a)

- (A) exploração mercantil do sexo infantil.
- (B) falta de possibilidades históricas alternativas.
- (C) predomínio e à força da economia de mercado.
- (D) comodismo, ao servilismo e à passividade dos intelectuais.

08. Só **não** há desvio, em relação ao uso dos sinais de pontuação, no seguinte fragmento de texto:

- (A) “Segundo a UNICEF, o Brasil tem 937 municípios onde ocorre a exploração sexual comercial infantil” (linhas 17-19).
- (B) “Destes 937 31,8% estão concentrados no Nordeste, 25,7% no Sudeste, 17,3% no Sul, 11,6% no Centro-Oeste e 13,6% na Região Norte” (linhas 19-20).
- (C) “Os poderosos de plantão decretam que não existem alternativas e muitos intelectuais, salvo algumas honrosas exceções, se acomodam” (linhas 6-8).
- (D) “A cada dia naturalizam-se as mazelas e as misérias da condição humana, que em nome de um determinismo amparado pelo viés tecnicista e nas necessidades da concorrência internacional faz predominar o mercado de forma absoluta e de maneira a suprimir quaisquer possibilidades históricas alternativas” (linhas 2-6).

09. O trecho em que **não** há uso de palavras com sentido figurado é:

- (A) “Diante da atual onda de violência no Brasil fala-se muito de uma ameaça de regressão à barbárie” (linhas 1-2).
- (B) “Segundo a UNICEF, o Brasil tem 937 municípios onde ocorre a exploração sexual comercial infantil” (linhas 17-19).
- (C) “Os poderosos de plantão decretam que não existem alternativas e muitos intelectuais, salvo algumas honrosas exceções, se acomodam” (linhas 6-8).
- (D) “Essa é a barbárie nossa de cada dia, que está conduzindo o país a uma encruzilhada existencial e a uma situação de tragédia social como nunca antes vista” (linhas 21-23).

10. Julgue as afirmações abaixo quanto aos fatos gramaticais da língua:

- I. Há um desvio de concordância em “31,8% estão concentrados no Nordeste” (linha 19).
- II. O verbo “existir” em “que não existem alternativas” (linhas 6-7) está no plural porque seu sujeito é composto.
- III. No enunciado “que está conduzindo o país” (linha 21), “que” é um pronome relativo e refere-se a “barbárie nossa de cada dia” (linha 21).
- IV. A partícula “se” em “no Brasil fala-se muito de uma ameaça” (linha 1) e em “A cada dia naturalizam-se as mazelas” (linha 2) é, respectivamente, índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora.
- V. Há problemas de sintaxe no trecho “A cada dia naturalizam-se as mazelas e as misérias da condição humana, que em nome de um determinismo amparado pelo viés tecnicista e nas necessidades da concorrência internacional faz predominar o mercado de forma absoluta” (linhas 2-5).

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III, IV e V.

RASCUNHO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No Windows XP, o programa Windows Explorer possui no seu menu “Exibir” as seguintes opções, exceto:

- (A) Barra de ferramentas.
- (B) Barra de status.
- (C) Barra do Explorer.
- (D) Barra de sincronizar.

12. Uma lista com perguntas e respostas comuns sobre um determinado assunto, que normalmente está disponibilizada em Newsgroups da Internet é a

- (A) FAQ.
- (B) HTML.
- (C) PÁGINA.
- (D) WWW.

13. Para movimentar o cursor até o início da página seguinte dentro de um texto no Microsoft Word 2003, é necessário pressionar as teclas

- (A) Alt + P.
- (B) Ctrl + Home.
- (C) Ctrl + Alt + X.
- (D) Ctrl + Page Down.

14. Todos os recursos presentes na Internet são localizados por meio de um endereço único denominado

- (A) DNS.
- (B) FTP.
- (C) URL.
- (D) TELNET.

15. Dentre as formas (modos de exibição) como os arquivos são organizados no Windows Explorer 6.0, o modo de exibição que exibe as imagens de uma pasta em um ícone de pasta para que o usuário identifique rapidamente o seu conteúdo é o

- (A) Lado a lado.
- (B) Miniaturas.
- (C) Detalhes.
- (D) Lista.

RASCUNHO

LEGISLAÇÃO

- 16.** A condição jurídica dos policiais militares da Polícia Militar do Estado do Pará é definida
- (A) pela Constituição Federal, pela Lei Federal n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais) e pelo Estatuto da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual n.º 5.251/1985).
 - (B) pela Constituição Estadual do Pará, pela Lei Estadual n.º 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Estaduais do Pará), pelo Estatuto dos Militares da União e pelo Estatuto da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual n.º 5.251/1985).
 - (C) pelos dispositivos da Constituição Federal que lhe forem aplicáveis, pelas leis e pelos regulamentos que lhe outorgam direitos e prerrogativas e lhes impõem deveres e obrigações, e pelo Estatuto da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual n.º 5.251/1985).
 - (D) pelos dispositivos da Constituição Estadual que lhe forem aplicáveis, pelas leis e pelos regulamentos que lhe outorgam direitos e prerrogativas e lhes impõem deveres e obrigações, pelo Estatuto da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual n.º 5.251/1985) e pelo Estatuto dos Militares da União.

17. No que concerne à hierarquia e à disciplina policial-militar, considere:

I. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar, decrescendo a responsabilidade e aumentando a autoridade com a elevação do grau hierárquico.

II. A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto ou graduação, a ordenação faz-se pela antiguidade nestes, sendo o respeito à hierarquia consubstanciado no espírito de acatamento à sequência da autoridade.

III. Disciplina é a rigorosa observância e acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo Policial-Militar e coordena seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se, segundo disposto no Estatuto da Polícia Militar, pela aplicação de rígidas penalidades quando do descumprimento do dever por parte de cada um dos componentes desse organismo.

IV. A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos pelos Policiais-Militares em atividade ou na inatividade, exceto se contrariarem interesse pessoal dos mesmos.

V. Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os Policiais-Militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

Estão incorretos os itens:

- (A) II, III e V, somente.
- (B) I, II e V, somente.
- (C) I, IV e V, somente.
- (D) I, III e IV, somente.

18. Quanto à ética policial-militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O policial militar deve evitar praticar a camaradagem, para ser completamente isento de parcialidade no cumprimento de seu dever.
- (B) Constitui preceito da ética policial-militar acatar apenas as autoridades militares, em detrimento das civis.
- (C) Deve abster-se o policial militar, na inatividade, do uso das designações hierárquicas quando em atividades comerciais ou industriais.
- (D) Exercer com autoridade, eficiência e improbidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo são preceitos basilares da ética policial-militar.

19. A Seção III do Estatuto da Polícia Militar do Estado do Pará dispõe sobre o comando e a subordinação presentes na corporação. Sobre tais artigos, é incorreto afirmar:

- (A) A subordinação não afeta a dignidade pessoal do Policial-Militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar.
- (B) Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o policial-militar é investido legalmente quando conduz homens ou dirige uma Organização Policial Militar. O Comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui prerrogativa pessoal, na qual se define e se caracteriza como Chefe.
- (C) O Oficial é preparado ao longo da carreira para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares.
- (D) Os Subtenentes e Sargentos auxiliam ou complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e na administração, devendo ser empregados na execução de atividade de policiamento ostensivo fardado.

20. A passagem do Policial-Militar à situação de inatividade, mediante reforma, será sempre “*ex-officio*” e ser-lhe-á aplicada desde que atinja a idade limite de permanência na reserva remunerada, que será de:

- (A) Para oficiais superiores: 60 anos; para Capitães e oficiais subalternos: 58 anos; e para praças: 55 anos.
- (B) Para oficiais superiores: 65 anos; para Capitães e oficiais subalternos: 60 anos; e para praças: 55 anos.
- (C) Para oficiais superiores: 70 anos; para Capitães e oficiais subalternos: 65 anos; e para praças: 60 anos.
- (D) Para oficiais superiores: 64 anos; para Capitães e oficiais subalternos: 60 anos; e para praças: 58 anos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Esse novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, cuja lógica de organização está sendo implementada com a definição de níveis de complexidade do sistema, quais sejam:

- (A) proteção social básica e proteção secundária de alta complexidade.
- (B) proteção social básica e proteção social especial.
- (C) proteção social especial e proteção primária de média complexidade.
- (D) proteção social especial e proteção secundária.

22. De acordo com a Lei 9.394/96 (LDB), as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se administrativamente em públicas e privadas. As instituições privadas se enquadrarão nas seguintes categorias:

- (A) particulares, cooperativadas, confessionais e subsidiadas.
- (B) particulares, filantrópicas, cooperativadas e paroquiais.
- (C) particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.
- (D) privadas, autônomas, filantrópicas e sem fins lucrativos.

23. Como prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente, é passível de multa, por constituir infração administrativa, transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação. Nesse tipo de infração, a multa será de

- (A) 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- (B) 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência e, em caso de reincidência, suspensão da programação da emissora por até 02 (dois) dias.
- (C) 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários de referência, aplicando-se conjuntamente suspensão da programação por 1 (um) dia.
- (D) 20 (vinte) a 100 (cem) salários de referência, duplicada em caso de reincidência.

24. Quanto ao paciente com transtornos mentais há longo tempo hospitalizado, tendo-se caracterizado situação de grave dependência institucional decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, é correto afirmar que

- (A) ele será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial sob responsabilidade de autoridade sanitária competente.
- (B) será realizada a alta, a fim de reabilitá-lo para entidades assistenciais e abrigos sob a responsabilidade do assistente social.
- (C) a supervisão do paciente será de instância a ser definida pelo Poder Judiciário, a fim de assegurar o tratamento psiquiátrico.
- (D) na ausência de suporte social para paciente de longa dependência institucional, caberá ao assistente social encaminhá-lo para tratamento em outra unidade hospitalar.

25. No uso de recursos institucionais, o laudo social é, segundo obra organizada pelo CFESS em 2005, "... utilizado com a finalidade de dar suporte à decisão judicial, a partir de uma determinada área de conhecimento, no caso, o Serviço Social". A estrutura do laudo deve apresentar, respectivamente,

- (A) identificação, introdução, justificativa, relato analítico e bibliografia.
- (B) identificação, metodologia, objetivos, situação problema e conclusão.
- (C) justificativa, objetivos, posição crítica, metodologia e parecer social.
- (D) introdução, identificação, metodologia, relato analítico e conclusão.

- 26.** O serviço social, numa perspectiva fenomenológica, é materializado na Metodologia Dialógica, cuja fundamentação filosófica está apoiada em duas correntes do pensamento contemporâneo, quais sejam:
- (A) personalismo e compreensão fenomenológica.
 - (B) fenomenologia transcendental e método compreensivo.
 - (C) existencialismo cristão e individualismo.
 - (D) iluminismo e método fenomenológico.
- 27.** A partir das discussões sobre a questão da cidadania no mundo globalizado, um dos estudos mais atuais se refere a Gohn (2005), para quem as políticas neoliberais dos anos 90 do século XX tiveram um duplo movimento em sua reestruturação na base produtiva e no papel do Estado, movimento esse que consiste na
- (A) diminuição do mercado e na expansão da esfera social.
 - (B) expansão do mercado e na diminuição da esfera social.
 - (C) abertura neoliberal e na diminuição do mercado produtor.
 - (D) plenitude das ações sociais republicanas e no mercado produtivo limitado.
- 28.** Na visão de José Paulo Netto (1991), o "... conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais" é considerado
- (A) conservadorismo do serviço social.
 - (B) laicização do serviço social.
 - (C) renovação do serviço social.
 - (D) modernização conservadora.
- 29.** A política de redução de danos é uma estratégia de saúde pública que tem como objetivo
- (A) impedir o uso de drogas e álcool das pessoas portadoras de dependência química.
 - (B) impedir o tráfico de drogas como direção única ao combate dessa ação ilícita.
 - (C) reduzir os danos causados pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas.
 - (D) fornecer meios de abstinência imediata do uso de drogas.
- 30.** A pesquisa social utiliza-se de variadas técnicas de coletas de dados com o intuito de conhecer e transformar a realidade social. Faz parte destes instrumentos o Estudo de Caso, que, embora tendo status de um estudo significativo, sua utilização recebe críticas
- (A) por tratar-se de abordagem caracteristicamente subjetiva.
 - (B) pelo fato de ser um estudo minucioso que impede sua concretização.
 - (C) pela limitação numérica de casos que favorecem uma análise individualizada.
 - (D) por representar casos particulares que impedem uma leitura estatística.
- 31.** Ao estudar os antecedentes históricos da origem da Previdência Social no Brasil como hoje é concebida, tem-se como marco pioneiro a Lei Eloy Chaves, a qual previa
- (A) concessão de pensão às viúvas e às filhas dos oficiais da Marinha e da Aeronáutica, com abrangência em todo o território nacional.
 - (B) programa de amparo assistencial aos funcionários do Ministério da Economia, extensivo aos dependentes.
 - (C) caixa de assistência e aposentadoria aos funcionários da Aeronáutica e aos seus dependentes.
 - (D) caixa de aposentadorias e pensões para cada empresa de estrada de ferro, e com abrangência a todos os seus empregados.

- 32.** Denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas em que as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais constitui, segundo o Código de Ética do assistente social, dever desse profissional nas suas relações com
- (A) entidades e demais Organizações da Sociedade Civil.
 - (B) a Justiça.
 - (C) instituições empregadoras e outras.
 - (D) assistentes sociais e outros profissionais.
- 33.** Na visão de Sarmiento (2005), é correto afirmar quanto ao instrumental reunião:
- (A) gira em torno das individualidades dos componentes do grupo em suas relações de compartilhamento.
 - (B) é um espaço abstrato, por considerar que não envolvem relações de poder, mas correlação de força e persuasão.
 - (C) é o estabelecimento de uma dinâmica em que emergem as forças vivas do grupo.
 - (D) reunião e processo grupal têm o mesmo significado na medida em que permitem reunir pessoas.
- 34.** A primeira escola de Serviço Social de que se tem conhecimento na América Latina fundou-se no Chile, em 1925. Sobre ela, pode-se afirmar que
- (A) foi fundada sob forte influência norte-americana, e sua fundação por um padre da Igreja Católica foi determinante para a sua configuração ideológica da prática da assistência caritativa.
 - (B) o fato de que sua criação tenha sido por um advogado é de fundamental importância, pois os advogados já sabiam muito bem que poderiam rentabilizar sua tarefa na medida em que se cercassem de uma série de subtécnicos.
 - (C) sua fundação inaugurou uma nova etapa dentro da profissão e representa um novo patamar de institucionalização, ao produzir a incorporação do Serviço Social ao espectro das profissões de nível superior.
 - (D) foi fruto do avanço da Igreja Católica, que procurava profissionalizar sua face caritativa para o enfrentamento dos fatores internos que assolavam a sociedade chilena.
- 35.** O Assistente Social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou, nos termos de Netto (1992 *apud* Iamamoto, 1999), um executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária. Hoje, no entanto, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais. Dessa forma, responder a tais requerimentos exige uma
- (A) requalificação profissional, com a devida superação do trabalho individualizado e uma nova proposição do trabalho com grupos, em uma perspectiva interdisciplinar e participativa.
 - (B) superação da visão fatalista e economicista da realidade, enquadrando todos os problemas sociais como resultantes imediatos da relação capital-trabalho, o que demanda um novo tratamento personalizado das políticas sociais.
 - (C) desregulamentação da vida social por parte do Estado, deixando os cidadãos mais livres, autônomos e conscientes da sua necessidade de participação nas políticas sociais, sendo o assistente social um agente deste processo de mudança.
 - (D) ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, dispondo-o, então, a realizar um leque de tarefas mais diversas que cumpram efetivamente as atividades preestabelecidas.

36. É no trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica, adquirindo sua hegemonia na década de noventa do referido século. A dimensão política deste projeto é claramente enunciada quando

- (A) expressa o compromisso com a *competência*, que só pode ter como base o *aperfeiçoamento intelectual* do assistente social. Daí a ênfase numa *formação acadêmica* qualificada, fundada em diversas concepções teórico-metodológicas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social e formação que deve abrir a via à preocupação com a *(auto) formação permanente* e estimular uma constante *preocupação investigativa*
- (B) o projeto prioriza uma *nova relação* com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o *compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população*, aí incluída a *publicidade* dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à *participação e controle dos usuários*.
- (C) ele se posiciona a favor da *equidade* e da *justiça social*, na perspectiva da *universalização* do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a *ampliação* e a *consolidação da cidadania* são explicitamente postas como *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*
- (D) o projeto assinala claramente que o desempenho qualitativo dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de *outras categorias profissionais* que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos sociais que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

37. A Família está no centro das políticas de proteção social. Hoje, as demandas de proteção social são postas não apenas por “pobres” ou “desempregados”, mas por uma maioria de cidadãos. Essas demandas ganham novas peculiaridades e são colocados novos desafios, como

- (A) a partilha de responsabilidades formativas, que se deve à exarcebação do individualismo, à perda de valores, a menor eficácia dos educadores institucionais na socialização das crianças e adolescentes
- (B) o novo crédito para as soluções institucionalizadas de proteção social como internatos, manicômios, orfanatos, etc.
- (C) o resgate da responsabilidade exclusiva do poder público no trato da pobreza persistente e do desemprego.
- (D) a promoção do cuidado terapêutico para a intervenção com os idosos, que não deve estar vinculada a intervenção estatal e sim ser uma prática educativa na família

38. O Estado capitalista do pós-guerra – que passou a ser chamado de Estado de Bem-Estar – além de se desenvolver com o processo de provisão social, teve que desenvolver uma expressiva atividade regulamentadora que inclui:

- (A) assistência material a desabrigados e desempregados, campanhas de prevenção das doenças que se alastravam no período.
- (B) controle da natalidade, assistência a mulher e a criança, apoio material aos desempregados, fiscalização do trabalho.
- (C) medidas fiscais e toda uma gama de intervenções que vão desde as leis trabalhistas até a garantia de acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza pública
- (D) acesso universal a saúde, auxílio material e espiritual aos desocupados, política de pleno emprego para os maiores de 21 anos

39. Ao analisar a origem da intervenção estatal nas políticas sociais, Pierson (1991:110 apud Behring e Boschetti, 2008) reconhece que o desenvolvimento variado entre as nações, tanto em termos de alcance, critérios de gasto, constituição de fundos, quanto de impactos sociais e políticos, dificulta o estabelecimento de um padrão único. Mas aponta as iniciativas que indicariam as situações da intervenção estatal em período de predomínio do liberalismo, sendo elas entre

- (A) 1914 e 1950 parte dos países europeus tinha implantado um sistema estatal de seguro saúde para a população; no mesmo período, 05 países europeus implantaram o seguro desemprego para os trabalhadores e em 1970, 8 países europeus implantaram o sistema de previdência social
- (B) 1883 e 1914, todos os países europeus implantaram um sistema estatal de compensação de renda para os trabalhadores na forma de seguros e no mesmo período, 11 dos 13 países europeus introduziram seguro-saúde e 9 legislaram sobre pensão aos idosos, sendo que em 1920, 9 países tinham alguma forma de proteção ao desemprego
- (C) 1883 e 1914, parte dos países americanos tinha implantado um sistema estatal de seguro desemprego e no mesmo período, todos os países americanos implantaram o seguro saúde, sendo que em 1920, 4 países americanos definiram a jornada de trabalho máxima em 10 horas diárias
- (D) 1914 e 1950, todos os países americanos implantaram um sistema estatal de seguro saúde para os trabalhadores e no mesmo período, parte dos países americanos tinha implantado o seguro desemprego, sendo que em 1980, 4 países americanos legislaram sobre a pensão aos idosos

40. De acordo com Art. 9º da RESOLUÇÃO CFESS Nº. 512/2007 de 29 de setembro de 2007 para execução e concretização da atuação técnico-política da COFI (Comissão de Orientação e Fiscalização), os CRESS deverão priorizar ações que viabilizem meios e recursos financeiros para estruturação de um serviço de orientação e fiscalização, integrado por agente fiscal e funcionários administrativos. Em relação ao agente fiscal é verdadeiro afirmar

- (A) por exercerem função privilegiada, não deverão portar identificação fornecida pelo CRESS competente, nem exibir crachá de identificação no ato da fiscalização ou qualquer outra ação
- (B) serão contratados mediante concurso público pelos CRESS através de processo seletivo, devendo ser necessariamente Assistentes Sociais, em pleno gozo de seus direitos
- (C) desde que seja nomeado pelo CRESS, o agente fiscal poderá atuar mesmo que esteja respondendo a processo disciplinar e/ou ético
- (D) o agente fiscal é um profissional da área social cuja função específica compreende atribuições de fiscalização da atividade profissional

RASCUNHO